



BIASES NA REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO FEMININA EM LINGUAGENS DOCUMENTAIS BRASILEIRAS

Suellen Oliveira Milani, José Augusto Chaves Guimarães

Resumo: A representação do conhecimento, enquanto processo, assim como os instrumentos que a permeiam e os produtos que dela decorrem, não são neutros, estando imbuídos de valores morais. Nesse cenário, emergem problemas de *biases* na representação do conhecimento, tais como questões de gênero, categorizações dicotômicas e falta de garantia e hospitalidade cultural. No tocante à questão da mulher, há uma carência de literatura relativa à representação e ao delineamento de seu quadro epistemológico, tornando-se necessário verificar em que medida os termos relativos à questão feminina estão eventualmente inseridos sob *bias* nos instrumentos da área. Para tanto, verificou-se a presença dos termos: feminilidade; feminina(s); feminino(s); feminismo(s); feminista(s); materna(o); maternal; mulher(es), e os respectivos termos em inglês: *female; femininity; feminism; feminist; maternal; motherly; woman(en)*, nas linguagens documentais brasileiras: Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, Vocabulário Controlado Básico, Vocabulário Controlado USP e Classificação Decimal de Direito. Cada termo identificado nas linguagens documentais alfabéticas teve seu descritor e não-descritores registrados, bem como notas de escopo, remissivas, termos relacionados e relações hierárquicas, enquanto as incidências relativas à linguagem documental hierárquica foram sistematizadas de acordo com as diretrizes propostas por Olson (1998). Os resultados apresentam ocorrências de *biases* e também sugestões para atenuá-las, possibilitando, assim, subsídios para discussões posteriores. Em conclusão, recomenda-se que reflexões continuem sendo realizadas, a fim de constatar e prevenir *biases* na representação do conhecimento e, se os profissionais da informação não forem capazes de preveni-las ou solucioná-las, a mera possibilidade da existência das mesmas deve ser informada aos usuários.

Palavras-chave: Representação do conhecimento. Linguagens documentais. *Bias*.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) vem ampliando seu universo de pesquisas para além das tradicionais questões de recuperação, acesso e disseminação da informação e, atualmente, as investigações têm dado ênfase ao estudo dos aspectos epistemológicos com o objetivo de sedimentar cientificamente a área. Assim sendo, observa-se uma crescente reflexão sobre seus processos (análise documental, por exemplo), auxiliados por instrumentos (classificações, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros etc.), a fim de gerar produtos autorizados e defensáveis (por exemplo: índices,



resumos e notações de classificação).

Nesse contexto, o estudo dos aspectos éticos em organização do conhecimento (OC) responde a preocupações que vêm pautando a área por quase três décadas (DAHLBERG, 1992, LÓPEZ-HUERTAS, 2008b). Entretanto, essa temática ainda necessita de um aprofundamento, pois, como destacam Fernández-Molina e Guimarães (2002), a mesma tem sido abordada tradicionalmente em termos de prática profissional relacionada à produção e uso da informação, muitas vezes mesclada com medidas de recuperação da informação ou, ainda, entendida como inerente a um conceito genérico e fluido de bom senso e bem fazer da área.

De acordo com Milani e Guimarães (2011b), os estudos éticos evidenciam um grande interesse de natureza deontológica voltado especificamente para os códigos de ética profissional, como bem demonstra a coletânea internacional organizada por Vaagan (2002).

Por outro lado, procurando abordar o assunto sob um ponto de vista mais axiológico, os autores Froehlich (1994), Gorman (2000), Koehler e Pemberton (2000), entre outros, têm abordado o fazer profissional como um todo e de forma mais verticalizada. No entanto, essa preocupação tem sido mais evidente em atividades profissionais de produção e uso da informação, e também na gestão de unidades e sistemas de informação, ficando a descoberto a questão intermediária fundamental: os processos de organização.

Especificamente no contexto da organização do conhecimento, têm-se as reflexões iniciais de Berman (1993), Hudon (1997), Beghtol (2002, 2005), Fernández-Molina e Guimarães (2002), García Gutiérrez (2002), Olson (2002, 2003), Guimarães e Fernández-Molina (2003), Van der Walt (2004), Bair (2005), Fernández-Molina et al. (2005), Guimarães et al. (2005, 2008), Pinho (2006), Guimarães (2006b) e Milani e Guimarães (2010, 2011a). Nessa abordagem axiológica, distintas temáticas têm encontrado abrigo (aspectos políticos, religiosos, raciais etc.), dentre os quais se destaca a questão da mulher como um domínio do conhecimento interdisciplinar, em cujo âmbito delimita-se o problema específico desta pesquisa: em que medida os termos relativos à questão feminina estão inseridos sob *biases*¹ nos instrumentos de representação do conhecimento?

Considerando que a representação do conhecimento se desenvolve no contexto de uma cultura e visa a disponibilizar informações aos usuários, torna-se fundamental garantir que estes possam sentir-se refletidos nas representações dos conteúdos documentais. Por conseguinte, a existência de *biases* nesses produtos, os quais devem atuar como substitutos do conhecimento (*surrogates of*

¹ Cumpre destacar a opção por manter o termo original *bias(es)* em inglês - correspondente a *sesgo(s)*, em espanhol - por abranger, em língua portuguesa, os termos: *viés, tendência, inclinação, desvio* (entendido aqui na sua dimensão metafórica de *information detour*, ou seja, a busca por um caminho alternativo), pelos seguintes motivos: a) a origem e consolidação dessa discussão teórica ocorreu na literatura de língua inglesa, seguindo-se uma discussão na literatura em língua espanhola do termo *sesgo*; b) a inexistência dessa discussão no âmbito da literatura em língua portuguesa na área de OC; c) a percepção, após análise mais aprofundada da questão, que o termo inglês *bias* é polissêmico e traduzi-lo apenas por *desvio*, por exemplo, configurar-se-ia inadequado por ser restritivo, pois *bias* abrange não apenas *desvio*, entendido como uma rota alternativa tomada face à rota original, mas também *viés, tendência* ou *inclinação*, conforme mencionado acima. Desse modo, optou-se pela utilização do termo em inglês a exemplo do que ocorre igualmente na área de OC com o termo *aboutness* que, na literatura em língua portuguesa, já foi traduzido por *tematicidade, atinência* ou *sobrecidade* sem que, no entanto, se conseguisse atingir toda a abrangência semântica do termo em inglês.



knowledge, conforme Olson, 2002), poderia afastar os usuários do sistema de informação como um todo, por nele não se verem refletidos ou incluídos.

Desse modo, e em continuidade a estudos anteriores (GUIMARÃES, 2003, 2006a), tem-se como objetivo analisar a ocorrência de *biases* nas linguagens documentais brasileiras no que se refere à questão da mulher comparando-as com a realidade internacional a partir da literatura.

Ressalta-se que os resultados ora apresentados são fruto de uma dissertação de mestrado (MILANI, 2010), os quais foram, por sua vez, apresentados no âmbito da *International Society for Knowledge Organization: Chapter for Canada and United States* (MILANI; GUIMARÃES, 2011a).

2 A QUESTÃO FEMININA EM REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Tomando como ponto de partida o valor ético *garantia cultural* (proposto por Beghtol, 2002) como síntese dos valores identificados por Guimarães et al. (2008)² e o problema *biased representation*, abrangendo os problemas éticos *misrepresentation*, racismo, marginalização, imparcialidade ou crença na neutralidade, viu-se a necessidade de investigar como as mulheres têm sido representadas nas linguagens documentais brasileiras e se alguma *bias* seria percebida nesse contexto.

Para tanto, fez-se uma primeira incursão teórica acerca das *biases* no tocante à mulher na representação do conhecimento. Assim, de acordo com Milani e Guimarães (2010), essa questão está relacionada a problemas como preconceito e discriminação (BERMAN, 1993), gênero (OLSON, 2002, LÓPEZ-HUERTAS; TORRES, 2005), categorizações dicotômicas em sistemas de classificação ou tesouros (GUIMARÃES, 2006b) e falta de garantia cultural (BEGHTOL, 2002).

Esclarece-se que um substituto do conhecimento - um rótulo - é construído sob *biases* “[...] quando deixa de incluir diversos aspectos, desprivilegia grupos e temas fora de uma norma aceita” (OLSON, 2002, p. 15, tradução nossa).

Na representação do conhecimento, observam-se exemplos de *biases* principalmente relacionados a “[...] gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços

2 Têm-se como valores éticos: a) *Aqueles valores maiores (ou supervalores) que permeiam toda a atividade informacional*: respeito à Privacidade, Autoria (direito autoral), Acessibilidade, Liberdade, Segurança, Equidade, Diversidade e Minimização de riscos; b) *Aqueles antes havidos como requisitos profissionais, na medida em que integram a essência do fazer profissional na área*: Competência, Eficiência, Flexibilidade, Confiabilidade, Reconhecimento profissional, Atualidade, Autonomia, Consciência de poder e Cooperação; e c) *Aqueles antes havidos como meras medidas de OC, mas que hoje se integram ao universo axiológico da área*: Precisão, Garantia cultural, Exaustividade, Consistência, Facilidade de uso e Hospitalidade do sistema.

Decorrendo da negativa dos valores, surgem os problemas que podem ser categorizados em dois contextos: a) *Problemas que permeiam o mundo atual*: Divisão digital, Pornografia, Envio de lixo eletrônico, Substituição do profissional pela tecnologia e Violência; b) *Problemas que afetam diretamente as atividades de OC, quando do exercício profissional*: Vigilância, Censura, Falta de garantia cultural, Negligência, Direcionamento informacional, Ineficiência profissional, Má representação, Racismo, Falta de clareza, Marginalização, Crença na neutralidade, Difamação, Idiosincrasia, Inacessibilidade informacional, Terminologia preconceituosa e Traduções inadequadas.



biblioteconômicos a populações diversas” (OLSON, 2002, p. 7, tradução nossa).

No contexto específico da OC, destacam-se alguns estudos sobre questões de gênero e suas possíveis *biases*, sendo eles: perspectivas de gênero e discriminação de “minorias” na CDU (SANTOS; MADINA; SERRA, 1999); a exclusão social presente nas linguagens documentais (CARO CASTRO; SAN SEGUNDO MANUEL, 1999); a forma pela qual a mulher é representada e nomeada na CDU (MORÁN SUÁREZ; RODRIGUÉZ BRAVO, 2001); a organização e representação do conhecimento na Internet sobre questões de gênero (LÓPEZ-HUERTAS; BARITÉ, ROQUETA, 2002); a análise da representação terminológica em quatro tesouros direcionados às questões da mulher - Europa, Espanha, Itália e Brasil (LÓPEZ-HUERTAS; TORRES; BARITÉ, 2004); abordagem teórica na qual constatou-se que, em relação aos domínios que envolvem grupos marginalizados, os especialistas compensam a falta de linguagem acrescentando uma expressão inequívoca da interdisciplina, como gênero, mulheres etc. (LÓPEZ-HUERTAS, 2006); a comparação entre as culturas diferentes de dois países, Espanha e Uruguai, as quais podem influenciar o desenvolvimento de um campo de conteúdo como os *Gender Studies*, bem como afetar a OC em sistemas de informação (LÓPEZ-HUERTAS, 2008a); e a questão da mulher nas listas de cabeçalho de assunto e nos tesouros (RODRIGUÉZ BRAVO, 2007).

Os referidos estudos salientam e exemplificam discriminações de gênero, afirmando que “[...] há a necessidade de um modelo de organização do conhecimento ideal para cada domínio” (LÓPEZ-HUERTAS; TORRES; BARITÉ, 2004, p. 38, tradução nossa).

Outro problema citado pelos autores é a falta de uniformidade da representação do conteúdo documental e a ênfase na representação de aspectos de gênero ligados apenas à sexualidade (especialmente com a homossexualidade), vida familiar ou relacionamentos pessoais.

A partir dos estudos de Rodríguez Bravo (2006) referentes ao Thesaurus UNESCO, European Women’s Thesaurus e Library of Congress Subject Headings, destaca-se que nestes últimos, por exemplo, os cabeçalhos refletem as tradicionais discriminações sociais em relação à mulher, enfatizando aspectos como situação conjugal, sexualidade e procedimentos relacionados à maternidade.

Assim, ao referir-se às linguagens documentais, seria recomendável incluir as comunidades discursivas marginalizadas “[...] segundo sua condição étnica, linguística, política, religiosa, nacional, ideológica, social, econômica [...]” (CARO CASTRO; SAN SEGUNDO MANUEL, 1999, p. 105, tradução nossa). As autoras citam ainda a falta de atualização, adequação e concretização dos critérios de elaboração, ou seja, a falta de políticas de gestão das linguagens documentais.

Nas linguagens documentais tradicionais,

[...] a presença feminina é escassa porque a linguagem institui o masculino como universal, como genérico [buscando, talvez, uma economia de linguagem], e também inadequada porque seu discurso de representação do conhecimento mantém os estereótipos femininos, oferecendo uma imagem anacrônica da mulher e apresentando mostras de sexismo (RODRÍGUEZ BRAVO, 2007, tradução nossa).



Especificamente nas questões femininas, Olson (2002, p. 9, tradução nossa) constata que, em temas que envolvem a representação da mulher e para a mulher, as padronizações têm três problemas comuns:

- Tratam as mulheres como exceções às normas masculinas;
- Isolam as questões da mulher para separá-las do resto do conhecimento; ou
- Omitem essas questões inteiramente.

López-Huertas e Torres (2005) enfatizam mais concretamente essas *biases*, ou seja:

- Considerar generalidade como masculinidade;
- Considerar que o sujeito da anticoncepção é a mulher;
- Termos masculinos usados no plural com o conteúdo semântico de homens e mulheres;
- Nas expressões formadas por substantivo + adjetivo, observa-se a tendência de criar descritores femininos e omitir seus correspondentes masculinos.

Embora esses termos e estruturas se justifiquem do ponto de vista histórico e gramatical, eles geram prejuízos a determinadas comunidades discursivas no tocante ao acesso e recuperação da informação. Sendo assim, os mecanismos disponibilizados pela Documentação para as linguagens documentais podem oferecer elementos para uma maior democratização das mesmas.

Em geral, todos os conteúdos documentais referentes às mulheres são rotulados a partir da entrada *Mulheres*. Nos tesouros produz-se

[...] uma maior simetria no tratamento do feminino e do masculino. As listas de cabeçalhos reservam à mulher um espaço específico e apresentam um abundante número de cabeçalhos para permitir representar a temática feminina oculta no grosso do vocabulário da lista (RODRÍGUEZ BRAVO, 2007, tradução nossa).

Têm-se, então, muitos *vazios terminológicos*, frequentemente motivados por *vazios culturais* no caso de traduções e versões. Assim, “O grau de precisão da terminologia pode chegar a ser um fiel indicador do nível de desenvolvimento dessa temática em culturas diferentes” (LÓPEZ-HUERTAS; TORRES, 2005, tradução nossa).

Ao desenvolver uma linguagem documental para amparar os estudos das mulheres, deve-se refletir primeiramente sobre como o masculino será representado. López-Huertas e Torres (2005, tradução nossa), afirmam que “é uma questão importante, porque a forma de fazê-lo pode estar marcada por uma ideologia que incida negativamente sobre a objetividade desejável.” Há uma tendência lógica que orienta evitar descritores que incluam os termos *Mulher* ou *Mulheres* como elemento nuclear.

Considerando que as atitudes sociais devem ser modificadas em respeito aos marginalizados e excluídos, nesse sentido a linguagem documental constitui um excelente meio para aplicar-se essa reflexão.

Para tanto, possíveis auxílios são apresentados por Rodríguez Bravo (2007), sendo eles:



- Inserção da mulher sem que ocorra a ocultação do masculino, ou seja, esforços em busca da “[...] eliminação de estereótipos sexistas das linguagens documentais, busca do equilíbrio entre a presença do homem e da mulher e eliminação de masculinos como falsos genéricos” (RODRÍGUEZ BRAVO, 2007, tradução nossa).
- Inserção de notas que autorizem a utilização do feminino e/ ou o emprego de cabeçalhos/ descritores sintagmáticos para distinguir o masculino do genérico quando não houver outra opção;
- Inserção de qualificadores de gênero junto aos cabeçalhos/ descritores, sendo eles “(M)” e “(H)” quando a temática não representar a humanidade em geral.

Uma vez detectado o problema no cenário internacional e constatada a carência de literatura referente à representação do conhecimento, mais especificamente em temas ligados à mulher, procedeu-se à análise da forma pela qual as mulheres são representadas nas quatro linguagens documentais brasileiras de maior utilização no país.

3 METODOLOGIA

Para a identificação dos termos relacionados à questão feminina, utilizou-se um domínio conceitual composto pelos termos: feminilidade; feminina(s); feminino(s); feminismo(s); feminista(s); materna(o); maternal; mulher(es), bem como seus correspondentes em inglês: *female*; *femininity*; *feminism*; *feminist*; *maternal*; *motherly*; *woman(en)*.

O domínio estabelecido, no qual procurou-se englobar a mulher, a teoria feminista e a situação feminina, foi objeto de busca nas seguintes linguagens documentais brasileiras: Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional (TAFBN), Vocabulário Controlado Básico (VCB), Vocabulário Controlado USP (VCUSP) e Classificação Decimal de Direito (CDDireito).

Com relação às linguagens documentais alfabéticas, cada termo identificado gerou uma ficha de registro contendo seu descritor, nota de escopo, relação de equivalência (UP/ USE), relação associativa (TR) e relação hierárquica (TG/ TE). Já para a análise da linguagem documental hierárquica, a ficha de registro foi preenchida respondendo às categorias baseadas em Olson (1998): notação, conceito classificatório, contexto hierárquico e nota.

A TAFBN, realizada e gerenciada pela Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro - RJ), consiste em uma adaptação dos Library of Congress Subject Headings para as necessidades informacionais do Brasil. Essa linguagem contém aproximadamente 37.949 descritores somados a 128.077-assunto tópico, 20.360-geográfico, 2.819-subdivisões de assunto.

O VCB (com aproximadamente 9.500 descritores) e o VCUSP (com cerca de 30.796 descritores de assunto somados a 11.432-geográfico e histórico, 43-gênero e forma, 1.070-profissões e ocupações, e 575-qualificadores) são as duas linguagens documentais de maior alcance no país. O primeiro atende a uma rede cooperativa de bibliotecas sediadas em Brasília e integrantes dos Poderes



Legislativo, Judiciário e Executivo da Administração Federal e do Governo do Distrito Federal. O segundo, o mais abrangente sistema brasileiro de bibliotecas universitárias, serve às áreas do conhecimento inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão da maior universidade do país, a Universidade de São Paulo (São Paulo - SP).

A CDDireito foi concebida originalmente por Carvalho (2002) como uma expansão da classe 340 (referente ao Direito) da Classificação Decimal de Dewey. Trata-se de um sistema específico e amplamente utilizado por essa área, uma vez que possibilita a adaptação da classificação de Dewey, cujo sistema jurídico baseia-se no *Common Law*, à realidade jurídica do *Civil Law*, que prepondera nos países da América Latina e da Europa Continental.

Finalizada a fase de coleta e sistematização de todos os termos encontrados, realizou-se a análise de cada contexto a partir de uma grade baseada nos estudos de Olson (2002) e López-Huertas e Torres (2005).

Cabe destacar que os dados foram analisados do ponto de vista da percepção da questão feminina e amparados na literatura sobre a mulher e a organização do conhecimento, não sob a perspectiva da teoria feminista.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados revelaram um conjunto de 360 descritores (68,33% na TAFBN, 11,67% no VCB, 16,39% no VCUSP e 3,61% na CDDireito) e, desse corpus, foi possível extrair as seguintes dimensões temáticas: Criminalidade, Cultura, Direito, Educação, Feminismo, História, Indivíduo, Maternidade, Religião, Saúde e Esporte, Sexualidade, Sociologia, Trabalho.

Nesse universo, observou-se que 108 descritores (30% do total) apresentaram mais de uma incidência nas linguagens documentais.

A análise desses resultados evidenciou aspectos específicos relativos às *biases*, os quais são comentados a seguir.

4.1 Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional (TAFBN)

Na TAFBN, observa-se um conjunto mais amplo e variado de *biases*, como:

- a) O descritor específico *Periódicos para mulheres*, sem que haja o correspondente *Periódicos para homens*, o que remete a uma ideia de tratamento “excepcional” dado ao feminino;
- b) *Educação sanitária* figura como termo específico do descritor *Educação feminina*, sendo que os aspectos ligados à educação sanitária não necessitam incluir qualificadores de gênero;
- c) Utiliza-se o descritor *Lesbianismo* no âmbito do comportamento sexual das mulheres, o que denota dois tipos de *biases*: a utilização do sufixo -ismo (revelador de vício) em vez de *Mulheres lésbicas*, e a relação dessa questão unicamente com o aspecto sexual, deixando de lado a dimensão



afetiva, legal etc.;

d) Reforça-se um estereótipo social a partir da previsão da remissiva *Mulheres fatais* usado para *Mulheres sedutoras*;

e) As especificidades ligadas a aspectos religiosos levam à ideia de que as mulheres sejam exceções às normas masculinas, como revela a nota de escopo do descritor *Mulher (Teologia cristã)*: “Usado para obras que tratam da teologia cristã do sexo feminino. Obras sobre a teologia do gênero humano e de pessoas do sexo masculino, do ponto de vista de duas ou mais religiões, entram em Homem (Teologia cristã). Obras sobre a teologia cristã do gênero humano entram em Homem (Teologia)”;

f) Em relação ao esporte e à educação física, destaca-se a tentativa da TAFBN de incluir a mulher em algumas especificidades, como *futebol*, *ginástica*, *modelagem física*, *treinamento com peso* e *voo livre* deixando de incluir outros esportes, o que revela uma tendência em tratar as mulheres como exceções às normas masculinas e considerar generalidade como masculinidade;

g) No âmbito da atuação profissional, algumas profissões aparecem diretamente no feminino (*arquitetas*, *advogadas*, *compositoras*, *filósofas* etc.), ao passo que em outras atividades utiliza-se o termo *mulher em....* (*mulheres na aeronáutica*, em vez de aeronautas, *mulheres no serviço público*, em vez de servidoras públicas, *mulheres jornalistas*, em vez de jornalistas etc.), revelando que a atuação profissional da mulher ocorre tradicionalmente em algumas áreas privilegiadas.

4.2 Vocabulário Controlado Básico (VCB)

No âmbito do VCB, tem-se:

a) O adjetivo *masculino* aparece em apenas um descritor em toda a linguagem relacionado a *Homossexualismo*, o que revela ser a questão masculina considerada o gênero ou a regra e a feminina, a exceção;

b) *Saúde da Mulher* revela uma tendência em salientar aspectos relacionados à educação sanitária, sexualidade e maternidade. Nesse sentido, observa-se uma relação associativa com descritores como *Anticoncepcional* e *Planejamento familiar*, levando à falsa ideia de que o sujeito único da anticoncepção é a mulher. Comparativamente às demais linguagens analisadas, o VCB revelou uma concepção mais equânime entre homem e mulher.

4.3 Vocabulário Controlado da USP (VCUSP)

Com relação ao VCUSP, observam-se particularmente as seguintes *biases*:

a) *Mulheres espancadas* e *Mulheres maltratadas* relacionados à *Violência na Família*, o que denota que a violência contra a mulher só ocorre no âmbito familiar e geralmente ligada a mulheres



casadas, excluindo, portanto, as demais situações femininas. Além disso, tem-se um descritor genérico (família) para representar agressões a um indivíduo específico (mulher);

b) *Mulher delinquente* previsto ao lado de descritores como *Delinquente juvenil*, *Delinquente habitual*, *Delinquente Passional*, *Delinquente político*, *Delinquente sexual*, levando à ideia de que o fato de o autor ser mulher representa uma modalidade específica de crime;

c) *Feminismo* hierarquicamente subordinado a *Mulheres*, sendo que, atualmente, caracteriza um movimento que ampara tanto mulheres como homens em suas lutas e reflexões.

4.4 Classificação Decimal de Direito (CDDireito)

Na CDDireito, por sua vez, observam-se mais nitidamente as seguintes *biases*:

a) *Mulheres delinquentes (Alcoólatras, alienadas, prostitutas etc.)*, no âmbito do Direito Penal e subordinado a *Delinquentes ou criminosos e suas espécies*, revela a consideração da mulher em uma situação específica ou excepcional, ficando a questão masculina abrigada pelo descritor genérico. Destaca-se ainda o fato de que *Alcoólatras* e *Alienadas* deveria estar amparado em classes relacionadas à saúde e apenas *Prostitutas* poderia estar inserido sob criminalidade;

b) *Direitos da mulher em geral* aparece apenas no âmbito do Direito de família, subordinado a *Mulher casada, Autoridade marital, Autorização marital*, o que cria uma noção falsa de dependência das temáticas;

c) A notação *Sexo. Condição da mulher* no Direito Civil apresenta-se subordinada à notação *Circunstâncias que influem sobre o estado e a capacidade Jurídica*, o que confere à mulher uma situação de inferioridade;

d) No âmbito penitenciário, *Instituições penitenciárias para mulheres e para meninas* está subordinado a *Outros estabelecimentos penitenciários*, o que caracteriza uma situação de explícita excepcionalidade e marginalização, pois, em um contexto de equidade, poder-se-ia pensar em *Instituições penitenciárias para homens e para meninos* ao lado de *Instituições penitenciárias para mulheres e para meninas*. Outra *bias* já salientada por Santos, Madina e Serra (1999) dá-se pelo fato de não haver um critério para determinar *mulheres* e *meninas*, nem um critério de idade para pertencer a cada instituição.

5 DISCUSSÃO

A TAFBN, por ser uma lista de cabeçalhos de assunto, mantém todos os termos referentes à mulher sob os cabeçalhos de assunto *mulher* e *mulheres*. Essa linguagem documental busca ser igualitária; entretanto, ao mesmo tempo em que designa diversos termos para amparar a questão feminina, observa-se uma quantidade significativamente menor de termos inserida sob os cabeçalhos de assunto *homem* e *homens*. Além disso, ao introduzir os conteúdos relativos à questão feminina abaixo



dos cabeçalhos de assunto *mulher* e *mulheres*, a linguagem documental está reproduzindo *biases* inerentes à própria linguagem natural, ou seja, tratar os assuntos femininos como exceções e considerar o masculino como genérico.

Uma vez que visa abranger todas as áreas do conhecimento, a TAFBN apresentou maiores indícios de *biases*, sendo eles relacionados a periódicos para mulheres, educação sanitária, lesbianismo, *femme fatale*, mulher (teologia cristã), esporte e educação física, e atuação profissional.

Quanto às *biases*, o VCB deveria rever a escassez da presença do adjetivo *masculino* em seus descritores, bem como os relacionamentos do descritor *Saúde da mulher*. Apesar das *biases* ora destacadas, percebe-se um cuidado dos gerenciadores do VCB em amparar a questão feminina, além de valer-se dos mecanismos que a linguagem disponibiliza para fazê-lo, revelando uma concepção mais equitativa das relações entre mulheres e homens.

No VCUSP, destinado primeiramente a dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo mas também utilizado por outras instituições de ensino superior do país, foram detectadas *biases* referentes a mulheres espancadas, mulher delinqüente e feminismo.

A CDDireito, enquanto uma expansão da classe 340 da Classificação Decimal de Dewey, tem como objetivo inserir as especificidades do Direito brasileiro nesse contexto classificatório, mas as *biases* encontradas nessa linguagem foram as de maior impacto negativo no que diz respeito à questão feminina, sendo elas: mulheres delinquentes, direitos da mulher em geral, sexo - condição da mulher, e instituições penitenciárias para mulheres e para meninas.

Comparativamente, apenas a *bias* referente a mulheres delinquentes se repetiu no VCUSP e na CDDireito, sendo que no primeiro caso aparece como uma biotipologia criminal, e no segundo, vinculada a alcoólatras, alienadas e prostitutas, enquanto espécies de delinquentes ou criminosos.

Deve-se enfatizar a necessidade de mais reflexões e aplicações dos mecanismos disponibilizados pelas linguagens documentais, os quais poderiam aprimorar os contextos, como demonstram os dois exemplos a seguir:

Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional (TAFBN)

Descritor: Esterilização das mulheres

UP Esterilização feminina
UP Female sterilization
UP Mulheres - Esterilização
UP Women - Sterilization
UP Sterilization, Female
TR Infecundidade feminina
TE Esterilização tubária
TE Histerectomia

Vocabulário Controlado Básico (VCB)

Descritor: Esterilização (controle de natalidade)



UP Esterilização da mulher
UP Esterilização feminina
TR Controle de natalidade
TR Planejamento familiar
TG Anticoncepcional

Em ambos os exemplos utilizaram-se mecanismos disponíveis na linguagem documental, mas percebe-se no primeiro uma abordagem voltada exclusivamente para o procedimento médico da esterilização e relacionado ao fator infecundidade. Já no segundo, a esterilização é inserida como uma possibilidade anticoncepcional e remetida a questões de planejamento.

Nos dois casos as relações sintagmáticas poderiam ter sido mais exploradas, incluindo-se, por exemplo, os seguintes termos relacionados (TR): *Esterilização do homem e/ ou Vasectomia*.

Ressalta-se que no VCB, *Vasectomia* aparece como termo específico (TE) de *Anticoncepcional* e como termo relacionado (TR) de *Controle de Natalidade*. Por outro lado, na TAFBN, *Vasectomia* e *Anticoncepção* aparecem como termos específicos (TE) do descritor *Esterilização (controle de natalidade)*.

6 CONCLUSÕES

À vista do *corpus* analisado, confirmam-se as seguintes *biases* apresentadas pela literatura: as principais linguagens documentais brasileiras *tratam as mulheres como exceções às normas masculinas* ou *omitam essas questões inteiramente* (OLSON, 2002); utilizam *termos masculinos usados no plural com o conteúdo semântico de homens e mulheres*, bem como há uma tendência de criar *descritores femininos e omitir seus correspondentes masculinos* (LÓPEZ-HUERTAS; TORRES, 2005). Essas *biases*, apresentadas por López-Huertas e Torres (2005) e confirmadas pela presente pesquisa, são reflexos do sexismo inerente à própria linguagem natural.

Por outro lado, as seguintes possibilidades de *biases* apresentadas pela literatura não foram confirmadas nesta investigação: as linguagens documentais brasileiras não *isolam as questões da mulher para separá-las do resto do conhecimento* (OLSON, 2002) e também não *consideram que o sujeito da anticoncepção é apenas a mulher* (LÓPEZ-HUERTAS; TORRES, 2005).

Assim, reitera-se que, no tocante à gestão das linguagens documentais, a reflexão e aplicação de mecanismos, tais como relações associativas ou sintagmáticas, relações de equivalências, relações hierárquicas ou paradigmáticas e notas de escopo, notas explicativas ou definições, explorados em todas as suas potencialidades, criariam e aperfeiçoariam contextos, deixando-os mais inclusivos e equitativos.

Muitos autores e a própria *International Society for Knowledge Organization* vêm enfatizando a necessidade de realizar e estimular reflexões acerca da responsabilidade social do profissional



da informação. Cabe a este a responsabilidade não apenas de tornar o conhecimento registrado e socializado acessível aos usuários, mas também permitir que os mesmos compreendam os mecanismos que perpassam as linguagens documentais e, conseqüentemente o processo de representação do conhecimento como um todo, bem como os princípios e a missão subjacentes à unidade ou sistema de informação.

Conclui-se que, embora não seja possível evitar as *biases*, os mecanismos citados acima podem elucidar ou revelar sua ocorrência e, se os profissionais da informação não forem capazes de fazê-lo, a mera possibilidade da existência das mesmas deve ser informada aos usuários. Desse modo, os profissionais da informação se tornariam mais responsáveis face a *biases*, que passariam de um contexto de *hidden biases* para o de *responsible biases*.

Finalmente, sugere-se que os primeiros passos nesse sentido podem ser sintetizados em dois pontos: a) a publicação de reflexões sobre esse tema e afins; e b) a discussão da não existência de neutralidade e a existência das *biases* na representação do conhecimento com alunos de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciências da Informação e de áreas correlatas e, ainda, com profissionais dessas áreas em cursos de atualização e especialização.

Abstract: The process of knowledge representation, as well as its tools and resulting products are not neutral but permeated by moral values. This scenario gives rise to problems of biases in representation, such as gender issues, dichotomy categorizations and lack of cultural warrant and hospitality. References on women's issues are still scarce in the literature, which makes it necessary to analyze to what extent the terms related to these particular issues are inserted in the tools in a biased way. This study aimed to verify the presence of the terms *female*, *femininity*, *feminism*, *feminist*, *maternal*, *motherly*, *woman/women* within the following Brazilian indexing languages: Subject Terminology of the National Library, University of Sao Paulo Subject Headings, Brazilian Senate Subject Headings and Law Decimal Classification. Each term identified in the first three alphabetical documentary languages generated a registration card containing both its descriptors and non-descriptors, as well as scope notes, USE/UF, RT, and BT/NT relationships. As for the analysis of LDC, a hierarchical language, the registration card was filled out by following the categories proposed by Olson (1998). The results showed signs of biases, which enabled the proposition of guidelines that may contribute to minimize them and to open the way for further discussions. In conclusion, reflections on these issues should continue to be carried out, in order to identify and prevent biases in knowledge representation, and if information professionals cannot do so, they should warn users that biases are likely to occur.

Keywords: Knowledge representation. Indexing languages. Bias.

REFERÊNCIAS

- BAIR, S. C. Toward a code of ethics. **Technical Services Quarterly**, New York, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.



BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People**. 2. ed. Jeffersin; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.

CARO CASTRO, C.; SAN SEGUNDO MANUEL, R. Lenguajes documentales y exclusión social. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. (Ed.). **La representación y la organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información**. Granada: Universidad de Granada, 1999. p. 101-108.

CARVALHO, D. de Q. **Classificação Decimal de Direito**. 4 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 junho 2009.

DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. et al. Aspectos éticos de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y su reflejo en la organización del conocimiento. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 177-186.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 487-492. (Advances in Knowledge Organization, 8).

FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). **New worlds in information and documentation**. Amsterdam: Elsevier; FID, 1994. p. 459-470.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border” towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8).

GORMAN, M. **Our enduring values: librarianship in the 21st century**. Chicago; London: ALA, 2000.

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação (TTI) no universo científico da International Society for Knowledge Organization - ISKO**. Marília: UNESP, 2006a. Projeto de Produtividade em Pesquisa apresentado ao CNPq referente ao período: mar. 2007-fev. 2010.

GUIMARÃES, J. A. C. **Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI): elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área da Biblioteconomia no Mercosul**. Marília: UNESP, 2003. Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq referente ao período: 2003-2006.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006b. p. 237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ethics in the Knowledge Organization Environment: an overview of



values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

KOEHLER, W.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. **Journal of Information Ethics**, Jefferson, v. 9, n. 1, p. 26-54, 2000.

LIBRARY of Congress Subject Headings. Disponível em: <<http://www.loc.gov/cds/lcsh.html#lcsh20>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Análisis del dominio interdisciplinar para la representación y organización del conocimiento. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 209-235.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; BARITÉ ROQUETA, M. -G. Knowledge representation and organization of gender studies on the Internet: towards integration. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. p. 393-403. (Advances in Knowledge Organization, 8).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Cultural impact on Knowledge Representation and Organization in a Subject Domain. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008a. p. 340-346. (Advances in Knowledge Organization, 11).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008b.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; TORRES, I.; BARITÉ, M. Terminological representation of specialized areas in conceptual structures: the case of gender studies. In: MCILWAINE, I. (Ed.). **Knowledge organization and the global information society**. Würzburg: ERGON Verlag, 2004. p. 35-39. (Advances in Knowledge Organization, 9).

LÓPEZ-HUERTAS, M. J.; TORRES, I. de. Terminología de género. Sesgos, interrogantes, posibles respuestas. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, 2005.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Biases in Knowledge Representation: an Analysis of the Feminine Domain in Brazilian Indexing Languages. In: NORTH AMERICAN SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE ORGANIZATION, 3., 2011a, Toronto. **Proceedings...** 2011.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Bias in the indexing languages: theoretical approaches about feminine issues. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Ed.). **Paradigms and conceptual systems in Knowledge Organization: Proceedings of the Eleventh International ISKO Conference**, Rome, 23-26 February 2010. Würzburg: ERGON VERLAG, 2010. (Advances in Knowledge Organization, 12). p. 424-429.



MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, fev. 2011b.

MORÁN SUÁREZ, M. A.; RODRÍGUEZ BRAVO, B. La imagen de la mujer en la clasificación decimal universal (CDU). In: EXTREMEÑO PLACER, A. (Ed.). **La representación y Organización del Conocimiento**: metodologías, modelos e aplicaciones. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2001. 1 CD-ROM.

OLSON, H. A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains (Dewey Decimal Classification excludes some groups). **Library Trends**, Champaign, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, H. A. Transgressive deconstructions: feminist/ postcolonial methodology for research in Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 731-740.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. La integración de la dona en els llenguatges documentals: una utopia necessària. **BiD**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, Barcelona, n. 18, 2007. Disponível em: <http://www2.ub.edu/bid/consulta_articulos.php?fichero=18rodri1.htm>. Acesso em: 24 jun. 2009.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. The Visibility of Women in Indexing Languages. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Knowledge Organization for a Global Learning Society**. Würzburg: ERGON Verlag, 2006. (Advances in Knowledge Organization, 10). p. 413-422.

SANTOS, T. M.; MADINA, A. M.; SERRA, R. S. CDU: perspectiva de género y discriminación de minorías. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información**: actas del III Encuentro de ISKO - España. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999. p. 103-118.

TAFBN - Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?plugin=Isbn&url=http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=assuntos_pr:assuntos&tit=Terminologia%20de%20Assuntos>. Acesso em: 07 jan. 2008.

VAAGAN, R. A. **The ethics of librarianship**: an international survey. Munchen: K. G. Saur, 2002.

VAN DER WALT, M. S. *Round-table*: Ethics in knowledge representation and organization. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002. (Advances in Knowledge Organization, 8).

VCB - Vocabulário Controlado Básico. Brasília: Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, 2007. (Edições da Biblioteca do Senado Federal, 2). 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/RVBI/publicacoes.asp>>. Acesso em: 09 jan. 2008.

VCUSP - Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://143.107.73.99/Vocab/Sibix652.dll>>. Acesso em: 06 jan. 2008.